



AS FONTES DE INFORMAÇÃO NA IMPrensa LOCAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19: O CASO DO JORNAL DA BAIRRADA

*The sources of information in the local press
during the COVID 19: the case of Jornal da
Bairrada*

Autor/a Miguel Midões¹

Instituto Politécnico de Viseu / Centro de Estudos Comunicação e
Sociedade

mmidoes@esev.ipv.pt

Joana Martins²

Escola Superior de Educação, CI&DEI, Instituto Politécnico de
Viseu, Portugal

jmartins@esev.ipv.pt

Resumo As fontes de informação são um ativo fundamental para os meios de comunicação e permitem ao jornalista aceder aos acontecimentos. Face à situação vivida em Portugal entre 5 de março de 2020 e 7 de maio de 2020, período de confinamento motivado pelo novo coronavírus e pela doença COVID 19, foi nosso objetivo tentar compreender de que forma a imprensa local abordou o assunto da doença, nomeadamente quais os géneros jornalísticos dominantes e qual a tipologia de fontes mais marcantes nas edições publicadas neste período. Centrámos a nossa análise no semanário Jornal da Bairrada e, de acordo com modelo taxonómico para a classificação das fontes de informação criado por Felisbela Lopes (2016), concluímos que existe uma dependência das fontes de informação, com uma primazia das fontes mais próximas e com um claro predomínio das fontes humanas. Esta análise envolveu dez edições, num total de 259 artigos, que abordavam direta ou indiretamente o vírus ou a doença, e entre as fontes humanas, evidencia-se também uma preferência pelas fontes profissionais, que falam em nome de um grupo, de um coletivo ou de uma classe profissional, bem como das fontes catalogadas como oficiais e que representam instituições públicas. No quadro de análise aos géneros jornalísticos, o estudo demonstrou, ainda, o recurso significativo a breves e a notícias como forma de comunicar os assuntos relativos às temáticas do novo coronavírus e da COVID 19.

Palavras-chave Fontes; jornalistas; poder; imprensa local; COVID 19

Abstract Information sources are a fundamental asset for the media and allow the journalist to access events. Given the situation experienced in Portugal between 5 March 2020 and 7 May 2020, a period of confinement

¹ Instituto Politécnico de Viseu, Portugal.

ORCID ID - <https://orcid.org/0000-0001-9492-9918>

² Instituto Politécnico de Viseu, Portugal.

ORCID ID - <http://orcid.org/0000-0002-1667-7513>

motivated by the new coronavirus and the COVID19 disease, it was our goal to try to understand how the local press approached the subject of the disease, namely which journalistic genres were dominant and what were the most striking sources in the editions published in this period. We focused our analysis on the weekly newspaper Jornal da Bairrada and, according to the taxonomic model for the classification of information sources created by Felisbela Lopes (2016), we concluded that there is a dependence on information sources, with a primacy of the closest sources and with a clear predominance of human sources. This analysis involved ten editions, in a total of 259 articles, which directly or indirectly addressed the virus or disease, and among the human sources, there is also a preference for professional sources, which speak on behalf of a group, a collective or a professional class, as well as sources classified as official and representing public institutions. In the framework of analysis of journalistic genres, the study also demonstrated the significant use of briefs and news as a way to communicate issues related to the new coronavirus and COVID19.

Keywords Sources; journalists; power; local press; COVID19

1. Introdução

As notícias são construções da realidade e são um produto do que as pessoas fazem ou dizem e que se torna acessível (por meio de observação ou entrevista) aos jornalistas enquanto agentes informativos. As fontes de informação são um dos principais ativos dos meios de comunicação social e podem ser definidas como os atores que os jornalistas observam ou entrevistam, pessoas que dão informação de contexto ou sugestões de temas a serem noticiados. Assim, “uma fonte é um indivíduo que o jornalista observa ou entrevista, e que fornece informações” (Traquina, 2002, p. 116). Aprofundando a definição, falamos de pessoas, grupos ou instituições sociais, bem como dos vestígios (falas, documentos ou dados) que essas pessoas, grupos ou instituições preparam, constroem ou deixam (Pinto, 2000). A principal característica das fontes é que elas fornecem informação aos *media*, enquanto membros ou representantes de grupos de interesse organizados ou não organizados e também de setores maiores da nação e da sociedade (Gans, 1979).

Serrano (1999, p. 1) considera que “as notícias são versões da realidade baseadas, em grande parte, em normas e convenções profissionais dos jornalistas”, o que significa que o mundo a que o público tem acesso através dos meios de comunicação social é construído pelos seus agentes, os jornalistas. No entanto, só raramente os jornalistas testemunham em primeira mão a realidade, o que significa que têm de confiar nos

testemunhos de quem a vivenciou. Mesmo nos casos em que o jornalista consegue cobrir os acontecimentos diretamente, tende a descrever esse mesmo acontecimento segundo a visão das outras testemunhas presentes e não segundo a sua própria visão, até porque, como refere Berkowitz (2009), os jornalistas não podem veicular a sua opinião na notícia. Desta forma, no caso dos acontecimentos não observáveis, como processos socioeconómicos ou mudanças na opinião pública, os jornalistas recorrem a considerações de outras pessoas para descrever essas ocorrências.

Podemos considerar que as notícias não são aquilo que acontece, mas sim aquilo que alguém diz que aconteceu ou que vai acontecer (Sigal, 1986), ou seja, as notícias não são a realidade, mas sim uma amostra da realidade através de relatos feitos pelas fontes de informação e mediados pelas organizações noticiosas, pelas rotinas e convenções jornalísticas (Sigal, 1986).

Falamos, pois, da etapa de recolha de informação para construção da notícia, que encontra a sua componente fundamental nas fontes. Mauro Wolf (2009) considera que, ainda que hoje em dia sejam as fontes que procuram os jornalistas e não o contrário, a recolha de informação faz parte das rotinas produtivas dos meios de comunicação social. Isso significa que “a recolha se verifica, sobretudo, através de fontes estáveis que tendem a fornecer material informativo já facilmente inserível nos procedimentos produtivos normais da redação” (pp. 219-220).

A relação entre os jornalistas e as fontes é circular e é uma “luta e um negócio permanentes”, na medida em que a fonte quer tornar visíveis determinadas informações de acordo com os seus objetivos e o jornalista adapta esta informação aos “quadros de noticiabilidade da sua organização” (Santos, 1997, p. 163). Esta relação pode também ser definida recorrendo a uma metáfora utilizada por Gans (1979), para quem este relacionamento se compara uma dança, em que “as fontes procuram acesso aos jornalistas e os jornalistas às fontes” (p. 116). O autor considera que quem lidera mais vezes esta dança são as fontes e que os jornalistas têm uma atitude eminentemente passiva, na medida em que recorrem maioritariamente às mesmas fontes, face à sua regularidade e disponibilidade. Gans (1979) diz mesmo que as fontes mais regulares a que o jornalista recorre acabam por desenvolver uma relação quase institucional com o meio de comunicação social. Do prisma do jornalista, o mesmo autor identifica cinco fatores que levam os jornalistas a recorrer a determinadas fontes de informação: a oportunidade, a produtividade, a credibilidade, a garantia e a respeitabilidade.

Já as fontes beneficiam de um acesso mais direto aos jornalistas se cumprirem quatro critérios: os incentivos, o poder da fonte, a sua capacidade de fornecer informações credíveis e a proximidade social e geográfica em relação ao jornalista. Gans (1979) sublinha que são as fontes institucionais e ligadas a grupos de poder que estão em melhores condições de cumprir estes requisitos.

De facto, ao considerar esta relação é preciso ter em conta que diferentes fontes de informação têm diferentes níveis de acesso aos meios de comunicação social e que a fonte tem sempre um ângulo, ou um interesse, na divulgação de determinada informação. Esse interesse pode ser o de publicitar a sua versão dos factos, as suas ideias ou apenas ser retratado nas notícias. Considerando que jornalistas e fontes têm diferentes objetivos, podemos resumir aquilo que um e outro grupo procuram, recorrendo à sistematização realizada por Manuel Pinto (2000). Segundo o autor, entre os objetivos das fontes estariam a visibilidade nos *media*, a imposição de temas na agenda, a angariação de apoio ou adesão a determinadas visões, a reparação de prejuízos, a neutralização dos adversários e a criação de uma imagem pública positiva. Do outro lado, ainda que os objetivos não sejam necessariamente antagónicos, os jornalistas buscam informação inédita, confirmar ou desmentir informações, dissipar dúvidas, lançar ideias e debates, veicular avaliações de peritos e dar credibilidade às informações por si recolhidas. Berkowitz (2009), por sua vez, acrescenta que jornalistas e fontes têm em jogo a sua credibilidade, no caso dos primeiros, e o seu sucesso, no caso dos segundos. É por isso que a interação entre os dois lados assenta numa relação negociada em que cada uma das partes espera alcançar os seus objetivos sem comprometer o seu *status* organizacional e social.

O acesso das fontes aos meios de comunicação social é determinado pelo poder e reflete a estrutura social hierárquica fora da redação, na medida em que o acesso é mais fácil para os atores com mais poder, enquanto que aqueles que têm menos poder têm de se esforçar mais para atrair a atenção do jornalista, o que geralmente acontece em situações de desordem moral ou social (Gans, 1979). Por outro lado, são os próprios jornalistas que, face à sua necessidade de rotinizar o trabalho, optam por procedimentos de recolha de informação que lhes permitam ganhar tempo e ter informações credíveis e oficiais. A questão do poder e do acesso resulta numa relação dinâmica entre jornalistas e fontes, até porque esta dinâmica varia em função do contexto e da perceção de poder que uma das partes tem em relação à outra (Berkowitz, 2009).

Um estudo dos anos 70 levado a cabo por Gans mostra que as pessoas que aparecem mais frequentemente nas notícias se integram na categoria de “knowns”, ou seja, pessoas conhecidas do público, próximas dos jornalistas ou que ocupam cargos relevantes. A maioria destes são, segundo Gans, pessoas que ocupam posições oficiais. Já os “unkowns”, ou os desconhecidos, são pessoas comuns que têm apenas um quinto do espaço noticioso e são, na sua maioria, protestantes/grevistas ou vítimas. Já Sigal (1986, p. 28) concluiu que as fontes de rotina nos meios de comunicação social são tendencialmente retratadas de forma mais favorável nas notícias, quer pelo controlo que detêm da imagem que mostram em público, quer pelo relacionamento que desenvolvem, ao longo do tempo, com os jornalistas.

Na escolha das fontes a integrar na notícia existem diferentes fatores a serem tidos em conta (Gans, 1979). Desde logo a questão da proximidade geográfica e social entre o jornalista e a fonte de informação, mas também a sua disponibilidade, visto que falamos de uma lógica de produção informativa submetida a prazos e horas de fecho. É preciso ter também em conta a aptidão da fonte em relação ao tema informativo, o que se interrelaciona, entre outras, com as questões de confiança e autoridade.

Hall, Critcher, Jefferson e Clarke (1978, p. 58) lembram, a este propósito, que ao procurar a objetividade e imparcialidade nos seus relatos, os jornalistas procuram declarações de fontes “acreditadas”, ou seja, objetivas e com autoridade. Isto significa que os jornalistas recorrem, maioritariamente, a representantes de instituições sociais ou a especialistas. Os autores defendem, por isso, que face às demandas da imparcialidade, e tendo em conta que os jornalistas trabalham em contrarrelógio, os atores que ocupam posições institucionais de maior poder têm um acesso excessivo, estruturado de forma sistémica, aos meios de comunicação social. Estas fontes, cujas vozes têm preferência nos *media*, acabam assim por ser aqueles que primeiro definem ou enquadram os assuntos (definidores primários, como lhes chamam Hall et al.), ou seja, são o ponto de partida para a discussão sobre determinado tema. Autores como Schlesinger (1990) rebatem esta visão, desde logo porque a ideia de que existe um definidor primário não tem em conta os casos em que duas fontes institucionais disputam espaço nos *media*, tentando influenciar a construção da história da notícia. Além disso, o autor sublinha a existência da fonte anónima, por vezes oriunda de instituições de poder, que significa que o definidor primário não pode ser diretamente aferido. Schlesinger (1990) aponta ainda que nem todos os atores dentro de uma

instituição de poder têm o mesmo grau de acesso aos meios de comunicação social e que essas instituições de poder, por exemplo os partidos políticos, também mudam os seus graus de acesso aos *media* à medida que a sociedade enfrenta mudanças estruturais.

Para Hall et al. (1978) a ideia de que existem definidores primários significa que os *media* têm um papel secundário na definição dos eventos mediáticos, na medida em que frequentemente se limitam a reproduzir as visões dessas “fontes acreditadas” acerca desses mesmos eventos mediáticos. Schlesinger (1990) questiona esta visão, salientando que nem sempre o poder se exerce do sistema político para os *media*, na medida em que os jornalistas forçam muitas vezes os chamados definidores primários a responder a questões que os próprios jornalistas levantam. É o caso dos escândalos, acidentes ou consequências de investigações jornalísticas levadas a cabo. Ainda assim, o autor concorda com o facto de a prática jornalística promover, geralmente, o interesse das fontes governamentais e estatais.

Ainda que pareça relativamente consistente a ideia de que as fontes ligadas ao poder ou a instituições têm um acesso privilegiado aos meios de comunicação social, e apesar de muitos autores defenderem que os jornalistas optam por recorrer a este tipo de fontes, não podemos esquecer que há fatores internos, inerentes ao próprio meio de comunicação social, que interferem neste processo. A este propósito, Wolf (2009) exemplifica com as modificações na relação entre fonte e jornalista, e com todas as implicações que daí advêm para a produção de informação futura. O autor salienta ainda que as próprias especificidades do *newsmaking*, por exemplo no caso dos critérios de noticiabilidade, podem modificar ou equilibrar esta tendência dominante das fontes de poder.

Nesta equação em que as fontes de informação desempenham um papel preponderante, não podemos esquecer o lado dos jornalistas e das empresas, nomeadamente naquilo que diz respeito à autonomia dos primeiros e à cultura dos segundos. O jornalista tem alguma autonomia no que toca ao processo de construção da notícia, não só para escolher as suas fontes de informação, mas também para selecionar, de entre tudo aquilo que a fonte declarou, os excertos que quer incluir na notícia, face, por exemplo aos critérios de noticiabilidade dominantes no meio de comunicação social. O jornalista é um agente ativo na produção da notícia e “adequa a informação aos objetivos da organização noticiosa” (Santos, 1997, p. 193). Ainda assim, e tal como lembra Gans, não podemos esquecer que muitas vezes esta autonomia é

ilusória, sobretudo nas grandes empresas de comunicação social, na medida em que os superiores hierárquicos podem fazer sugestões que se traduzem em “ordens veladas” (Gans, 1979, p. 101). Além disso, diferentes categorias profissionais dentro de uma redação têm diferentes graus de autonomia (por exemplo, o editor terá mais autonomia do que o jornalista e o chefe de redação terá mais autonomia do que o editor). A este propósito, Manuel Pinto escreve:

Os recursos e a organização da redacção em que trabalham, o tempo outorgado pelas chefias para a apresentação dos trabalhos, os interesses e pressões provenientes dos grupos a que os órgãos de comunicação social pertencem constituem outros tantos condicionalismos que limitam ou potenciam o posicionamento dos profissionais face à suas fontes de informação. (Pinto, 2000, p. 285)

2. Quem promove e quem difunde a informação

A maioria das notícias reportadas pelos jornalistas não resultam de acontecimentos testemunhados em primeira mão, o que mostra a importância que as fontes de informação assumem no processo de produção noticiosa. Um estudo de Vasco Ribeiro (2010), referente às notícias de política publicadas na imprensa diária entre 1990 e 2005, mostra precisamente que cerca de 60% desses artigos tinham sido induzidos por assessores de imprensa das instituições governamentais e políticas. Anteriormente, Sigal (1986) já havia mostrado que a maioria dos temas de capa no New York Times e do Washington Post procediam de fontes governamentais e que muitos desses artigos tinham origem em canais de rotina, como comunicados ou conferências de imprensa, ou seja, não eram espontâneos, mas sim planeados, com o objetivo de se tornarem notícia. Falamos, pois, de uma das principais estratégias da organização noticiosa, a antecipação. Dentro da redação o tempo é um instrumento valioso e os jornalistas procuram controlar o seu tempo através da antecipação, nomeadamente através da manutenção de uma agenda com as ocorrências do dia. As fontes de informação conhecem esta especificidade das redações e, como tal, dão a conhecer antecipadamente as atividades que levarão a cabo, e que pretendem que tenham cobertura mediática. Santos (1997) realça o facto de as fontes utilizarem estratégias que beneficiam da falta de tempo dos

jornais, como por exemplo a oferta de exclusivos, de fotografias e de dossiers de informação.

Muitas vezes, sobretudo no caso das fontes oficiais e organizadas, os jornalistas têm acesso a informação sobre o evento que vai acontecer, o que lhes permite perceber melhor se aquele acontecimento é ou não merecedor de cobertura. Deste ponto de vista, os eventos pré-agendados procuram, também, um horário que seja consonante com o ritmo dos meios de comunicação social, sobretudo no caso da televisão. Um exemplo disto é o facto de as conferências de imprensa acontecerem tendencialmente de manhã e os anúncios do governo serem muitas vezes pensados para encaixar na hora de *prime time* televisiva.

Nos estudos do *newsmaking* existem vários contributos no âmbito das rotinas e especificidades da produção jornalística e um dos trabalhos mais relevantes é o estudo de Molotch e Lester (1993) em que os autores distinguem três agências do acontecimento: os *news promoters*, os *news assemblers* e os *news consumers*. Segundo esta tipologia, os *news promoters*, ou promotores de notícia, não são mais do que as fontes de informação cuja missão é promover um determinado acontecimento e torná-lo visível aos olhos dos meios de comunicação social, bem como evitar que outros acontecimentos menos favoráveis sejam noticiados. Já os *news assemblers* representam os jornalistas, editores e todos os profissionais dentro da redação que transformam os materiais cedidos pelos promotores em notícias. Por último, os *news consumers*, ou consumidores de notícia, representam o público que assiste às ocorrências.

Do ponto de vista da promoção, os autores sublinham que a conceção do acontecimento tem sempre em vista a sua reprodução, na medida em que, por exemplo, “a conferência de imprensa é realizada em função do impacto público que se espera ter” (Molotch & Lester, 1993, p. 39). As possibilidades de cobertura do acontecimento devem, por isso, ser tidas em conta aquando da sua promoção, o que conflui com as noções de *media events* e de pseudo-evento, este último um conceito defendido por Boorstin (2007), que se refere aos acontecimentos que foram planeados, com o propósito de serem reproduzidos pelos *media*. O seu sucesso mede-se pelo grau de cobertura mediática que obtêm e, muitas vezes, eles superam os acontecimentos espontâneos, na medida em que podem ser mais dramáticos, são protagonizados por personalidades cuidadosamente escolhidas e a sua ocorrência é planeada para conveniência do público. Gans (1979) defende que de certa maneira todas as ocorrências

que se tornam notícias são eventos mediáticos, independentemente de serem espontâneos ou encenados.

Quanto à montagem, os denominados *news assemblers* selecionam as estórias mais especiais, interessantes ou importantes, o que significa que por vezes o trabalho de produção dos *media* coincide com o trabalho de construção dos promotores e outras vezes os dois trabalhos contrastam. A este propósito, Santos (1997) escrevia que “fontes de informação e jornalistas funcionam como parceiros e adversários, cooperam e trabalham com autonomia, defendem objetivos comuns, mas também interesses antagónicos” (p. 167). Para Molotch e Lester (1993) o facto de os interesses dos dois grupos profissionais colidirem ou confluírem está relacionado com os objetivos de cada um em cada momento.

Por último, em relação ao consumo, ou seja, os elementos do público que consomem a informação, a construção dos acontecimentos faz-se a partir da mesma base utilizada pelos *news assemblers*.

3. O caso do Jornal da Bairrada (JB) – introdução ao estudo e metodologia

Esta análise foi realizada ao semanário local, Jornal da Bairrada, num total de dez edições, durante o período de confinamento, entre 5 de março de 2020 e 7 de maio de 2020, situação instigada pela pandemia provocada pelo novo coronavírus e pela doença COVID19, causada pelo contágio deste vírus.

O objetivo consistiu em analisar artigos publicados acerca destes temas (novo coronavírus e COVID19), tentando assim perceber como a imprensa local, concretamente o Jornal da Bairrada, abordou estes assuntos, abrangendo os jornais que foram publicados durante o período em que Portugal viveu o estado de emergência, decretado por governo, assembleia da República e presidência da República, a 18 de março de 2020, tendo-se mantido ativo durante 45 dias até 2 de maio de 2020.

Este estudo utiliza uma metodologia quantitativa, recorrendo ao método da análise de conteúdo (Eco, 2017; Quivy & Campenhoudt, 1998; Pardal & Lopes, 2011). Foram considerados os artigos que mencionaram diretamente o novo coronavírus e a COVID19, mas também todos os artigos que mencionam, pelo menos, uma das palavras-chave: covid, coronavírus, estado de emergência, quarentena, confinamento e SARS-CoV-2.

Numa primeira etapa, este estudo pretendia, nestas dez edições, analisar os géneros jornalísticos utilizados para a abordagem à temática.

Assim, considerámos a linguagem jornalística utilizada, subdividindo os géneros jornalísticos mediante os contributos de diversos autores (Martinez Albertos, 1974; Martin-Lagardette, 1998; Letria, 1999; Carmelo, 2008). As categorias de análise constam da Tabela I.

Género jornalístico	Descrição
Artigo de opinião	Texto que veicula uma opinião, ainda que contenha “uma forte personalidade informativa” (Letria, 1999, p. 65) e que está identificado pela assinatura do seu autor, bem como por um cabeçalho específico que indique ao leitor que se trata de uma opinião, normalmente a propósito de acontecimentos recentemente noticiados (Martinez-Albertos, 1974).
Breve	Texto noticioso informativo de relato conciso e factual de determinado acontecimento. Da breve faz parte “a informação bruta, seca, dada com um mínimo e palavras”, num género que se limita “a relatar os factos sem nenhum comentário” (Martin-Lagardette, 1998, p. 58).
Crónica	Texto híbrido, que apresenta características do jornalismo e da literatura, que pode conter elementos criativos e elementos factuais, pois conjuga níveis diversos de observação, informação e comentário (Carmelo, 2008). Tal como define Letria (1999, p. 51), trata-se de “uma informação interpretativa de factos noticiosos onde se narra algo ao mesmo tempo que tal é comentado”.
Editorial	Artigo de opinião cuja autoria pertence a um dirigente do jornal em causa e que expressa a visão do jornal, devendo estar em consonância com a sua linha editorial (Carmelo, 2008; Martinez-Albertos, 1974). O editorial “compromete a responsabilidade moral do jornal” (Martin-Lagardette, 1998, p. 63) e, como tal, “é sempre uma tomada de posição acerca duma questão debatida e face à qual se perfilam atitudes e opiniões diversas” (Letria, 1999, p. 70).
Entrevista	Texto que resulta e vive das respostas dadas por um entrevistado a uma série de perguntas. Trata-se de “uma transcrição escrita de uma conversa” (Letria, 1999, p. 40) com dois protagonistas (jornalista e entrevistado), integrando as respostas num enunciado contextualizador (Martin-Lagardette, 1998).
Infografia	Informação apresentada com recurso a um texto não verbal, contendo uma apresentação visual e gráfica de dados ou outros elementos informativos.
Notícia	Texto noticioso informativo relativamente extenso, que relata um acontecimento de qualquer ordem temática e que se configura como “o produto de base do jornalista” (Martin-Lagardette, 1998, p. 60). Considera-se notícia o género jornalístico por excelência, que descreve um facto verdadeiro, actual ou digno de ser conhecido, após recolha, pesquisa e tratamento da informação relacionada com o facto.
Reportagem	Texto noticioso que cruza vários géneros jornalísticos tradicionais e que utiliza diversos pontos de vista narrativos, tendendo a mostrar, mais do que a dizer, porque vive da reconstrução de cenários reais. A reportagem visa aprofundar um facto, “abordando temas e situações que o envolvem, legitimam e configuram”, sendo por isso um discurso ancorado “nas vozes que ganham eco directo ao longo da montagem final do texto” (Carmelo, 2008, p. 106).

Tabela I: Categorias de análise segundo géneros jornalísticos
Fonte: Elaboração própria

Posteriormente, com base na proposta de Felisbela Lopes (2016) para um modelo taxonómico para a classificação das fontes de informação, tentou-se verificar o número de fontes envolvidas nos artigos publicados, bem como a sua composição: fontes coletivas, quando esta(s) fala(m) por um coletivo, uma entidade ou um grupo; fontes individuais, quando uma pessoa ou documento se dirige de forma individual.

Num terceiro momento, esta análise centrou-se na identificação da fonte, que pode variar entre identificada (com nome e função), não identificada (quando se oculta um destes valores de identificação), e anónima (sem qualquer identificação). Depois, analisou-se ainda a geografia da fonte, tendo-se adaptado esta categoria à realidade local e regional. De acordo com Felisbela Lopes, as fontes de informação, quanto à geografia, devem dividir-se em duas macrocategorias (nacional e internacional). Contudo, tratando-se o Jornal da Bairrada de um semanário local, com alguma abrangência regional, e por forma a tornar esta análise mais completa e detalhada, criaram-se quatro macrocategorias (internacional, nacional, regional e local) e oito microcategorias dentro da categoria local, por forma a detalhar quais os concelhos mais abordados nas publicações deste semanário.

Ainda em relação às fontes de informação, seguindo a taxonomia anteriormente indicada, averiguou-se o sexo das fontes citadas nos artigos noticiosos, com o intuito de avaliar o grau de equilíbrio (ou não) no espaço público em que este jornal se insere.

Nesta análise privilegiou-se ainda a recolha de conteúdos relativos ao estatuto das fontes de informação, enquanto fonte humana ou não humana. A categoria de fontes humanas foi depois dividida em cinco subcategorias: oficiais, quando as fontes são detentoras de um cargo público ou representam uma instituição pública; profissionais 1, quando falam representando um determinado grupo profissional; profissionais 2, quando falam enquanto profissionais, mas em nome individual; não-profissionais, quando fornecem informações representando uma atividade paralela que não a sua atividade profissional; cidadãos, pessoas desvinculadas de qualquer cargo, falando em nome individual; e ainda a subcategoria outros, onde poderiam ser colocados todos os estatutos humanos que não se enquadrassem nos quatro referidos anteriormente. A categoria de fontes não humanas foi dividida em quatro subcategorias: documentos, quando se tratou de comunicados ou notas de imprensa, textos oficiais ou especializados, ou qualquer outro tipo de documento; *media*, quando a fonte foi outro órgão de comunicação social; *web*, quando a informação foi retirada de sites, blogues ou

redes sociais; outros, quando a fonte não-humana não teve enquadramento em qualquer uma das três subcategorias mencionadas.

4. Apresentação de resultados

Da análise às dez edições do Jornal da Bairrada, entre 5 de março de 2020 e 7 de maio de 2020, constata-se que o género jornalístico mais utilizado para abordar as temáticas do novo coronavírus e da COVID19 foi a notícia (N=128), o que corresponde a 49,4% do total de artigos que foram analisados (N=259). Se aos números de notícias se juntarem também as breves, que se podem considerar como notícias de menor dimensão, verifica-se que esta percentagem cresce significativamente para os 75,7%.

Ainda neste campo, como se pode verificar no Gráfico 1 que apresentamos de seguida, foram registadas 34 entrevistas (13,1%), 19 artigos de opinião (7,3%) e 7 reportagens (2,7%). Dentro dos géneros jornalísticos menos abordados encontram-se o editorial (N=2), a infografia (N=1) e a crónica (N=0).

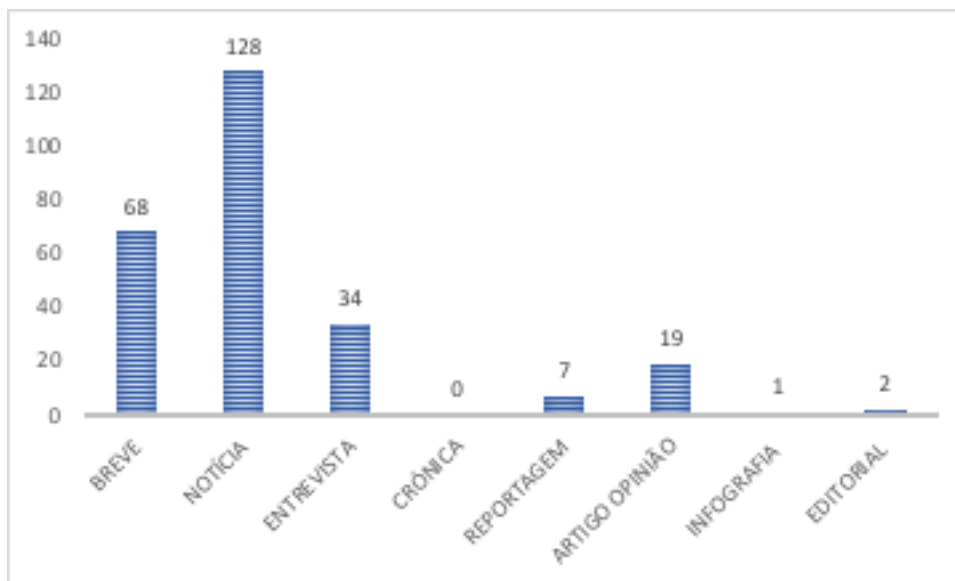


Gráfico 1: Géneros jornalísticos na abordagem à COVID19 no Jornal da Bairrada
Fonte: Elaboração própria

Ainda nesta primeira fase de análise, percebe-se que, a partir do momento em que foi decretado o estado de emergência a 18 de março de 2020 é considerável o crescimento do número de artigos publicados. Na edição de 12 de março de 2020 a temática já era abordada (N=10), mas o número de artigos triplicou na tiragem seguinte (N=32 na edição de 19 de março de 2020).

Percebe-se pela observação ao Gráfico 2, que abaixo se apresenta, que o aumento do número de artigos se verifica nos géneros jornalísticos da breve, notícia, entrevista e artigo de opinião. Denota-se também que existe uma quebra ligeira desta abordagem na edição de 7 de maio, após a passagem do estado de emergência, que terminou a 2 de maio, para o estado de calamidade. Pela análise ao mesmo gráfico observamos que o período de maior abordagem a assuntos relacionados com a COVID19 se centrou entre a edição de 19 de março e a de 16 de abril.

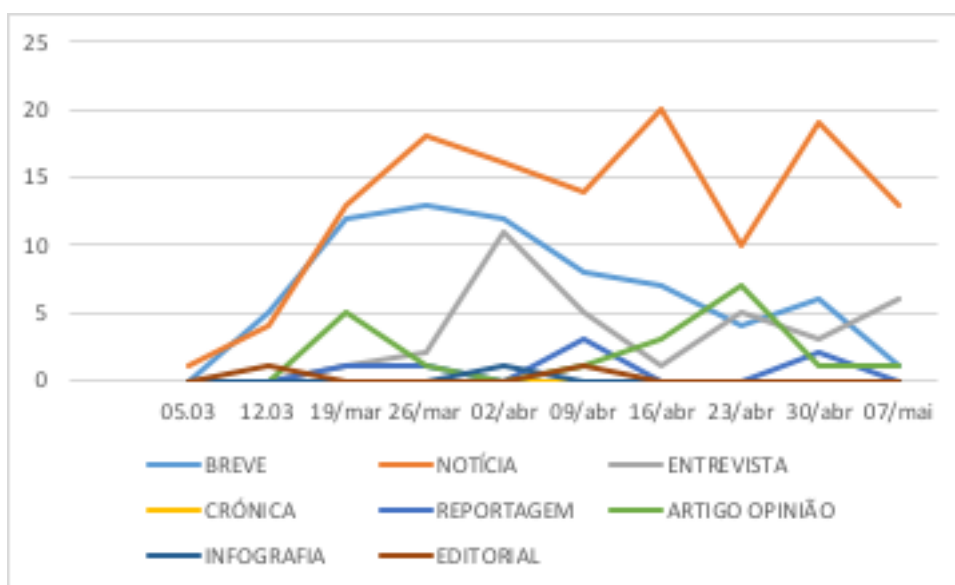


Gráfico 2: Quantidade de artigos publicados por edição
Fonte: Elaboração própria

No campo das fontes de informação utilizadas nos artigos que se referem, direta ou indiretamente, ao novo coronavírus e à COVID19, como seria expectável, o número de fontes de informação cresce à medida que aumenta também o número de artigos que abordam as temáticas em questão. Do número total de fontes utilizadas nas publicações destas dez edições analisadas (N=239), verifica-se que uma percentagem significativa de artigos escritos com recurso a fontes de informação (N=177), ou seja, em 74% dos casos existe, pelo menos, uma fonte de informação, não deixando de ser significativas as situações em que existem notícias e breves elaboradas sem mencionar qualquer tipo de fonte (N=62).

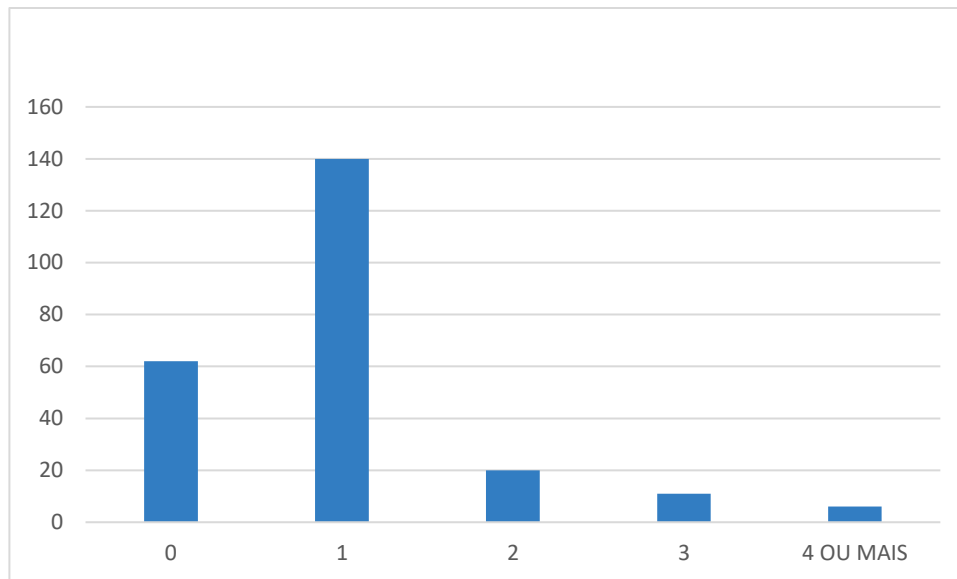


Gráfico 3: Número de fontes de informação utilizadas no Jornal da Bairrada
Fonte: Elaboração própria

Observando o Gráfico 3 percebe-se que, na maior parte das situações, os artigos publicados foram elaborados com recurso a apenas uma fonte de informação (N=140), seguindo-se a utilização de duas fontes (N=20), três fontes (N=11) e quatro ou mais fontes (N=6). No total dos 259 artigos analisados foram utilizadas 256 fontes de informação, que de seguida passaremos a categorizar, percebendo a sua composição, identificação, geografia, sexo e estatuto.

Com relação à sua composição, percebemos que a grande maioria das fontes (74,2%) são coletivas, representando um grupo, uma coletividade ou uma entidade, sendo por isso 26,8% as fontes individuais. Da totalidade destas, também grande parte, como se observa no Gráfico 4, são identificadas com nome e função, seguindo-se, embora com pouca expressividade, as não identificadas, não existindo quaisquer fontes anónimas.

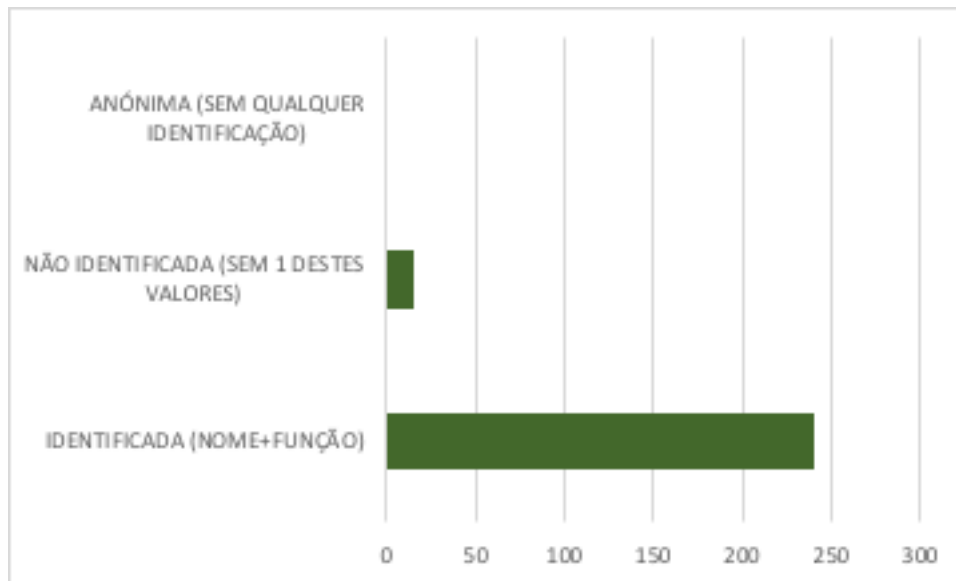


Gráfico 4: Identificação das fontes de informação
Fonte: Elaboração própria

Nesta análise ao Jornal da Bairrada denota-se uma predominância de fontes locais, como seria expectável de acordo com a génese e o âmbito deste órgão de comunicação social. Das 257 fontes identificadas, 80,1% são locais (N=206), 8,6% são nacionais (N=22), 8,2% são de abrangência regional (N=21) e apenas 3,1% das fontes identificadas eram de carácter internacional (N=8).

Uma vez que seria previsível que o maior número de fontes utilizadas pelo Jornal da Bairrada fosse de âmbito local, procedeu-se à identificação das fontes de informação quanto ao seu município de origem, esperando, através desta análise, perceber a abrangência da publicação e a representação, através das notícias COVID19, dos diferentes municípios onde o semanário é distribuído.

Neste campo, como se pode verificar no Gráfico 5, há uma maior cobertura dos municípios de Anadia (N=59) e de Oliveira do Bairro (N=59), seguindo-se Águeda (N=33), Vagos (N=26), Mealhada (N=13), Cantanhede (N=11), Aveiro (N=3) e Vagos (N=2).

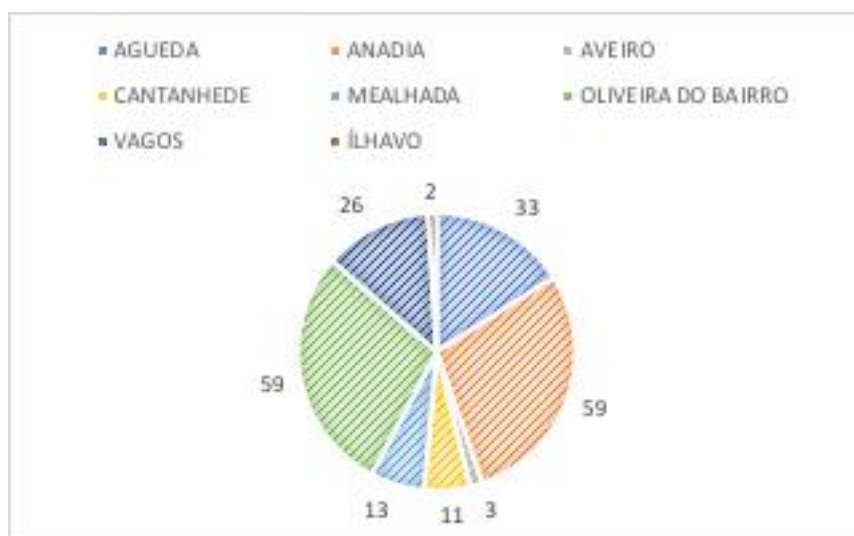


Gráfico 5: Distribuição geográfica das fontes

Fonte: Elaboração própria

Em relação ao sexo predominante, os dados recolhidos mostram um recurso claramente maioritário a fontes de informação do sexo masculino, sendo estas num número três vezes superior ao número de fontes do sexo feminino (masculino N=148, feminino N= 48), tendo sido ainda assinalável o recurso a fontes de sexo desconhecido (N=63).

Quanto ao estatuto das fontes de informação utilizadas pelo Jornal da Bairrada nos artigos que abordaram o novo coronavírus e a COVID19, os dados obtidos mostram uma supremacia das fontes humanas (N=197) em comparação com as fontes não humanas (N=62), sendo que a utilização das primeiras foi três vezes superior à utilização do segundo tipo de estatuto.

No que concerne à tipologia de fontes humanas, o Gráfico 6 mostra a distribuição destas nas categorias de fontes oficiais, profissionais 1, profissionais 2, não profissionais e cidadãos.

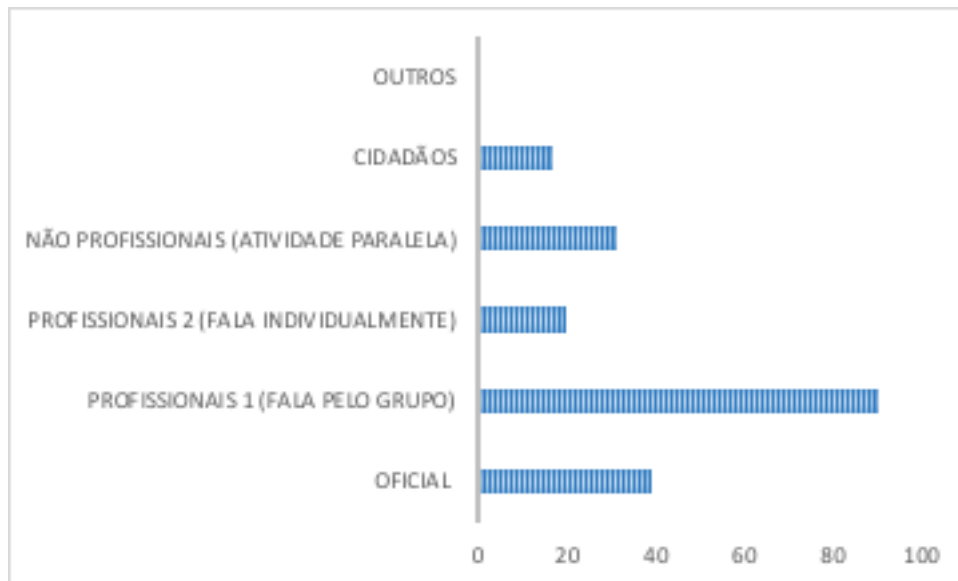


Gráfico 6: Distribuição por categorias das fontes humanas
Fonte: Elaboração própria

Este gráfico permite observar que o recurso a fontes que representam uma classe profissional e que falam no coletivo é o mais comum (N=90), o que ocorrem em 45,7% dos casos, seguindo-se as fontes oficiais (N= 39), que representam uma instituição pública, em 19,8% das situações. Menos utilizadas são as fontes não profissionais (15,7% n=31) e as fontes que, embora profissionais, falam em nome individual (Profissionais 2 n=20), sendo utilizadas em 10,2%. Existe também pouca expressividade no caso em que as fontes são cidadãos (8,6% N=17), desconhecidos ou notáveis, desvinculados de qualquer cargo, categoria profissional ou grupo.

Em relação às fontes de estatuto não humano, tentou perceber-se como era efetuada a distribuição pelas categorias de documentos (comunicados, notas de imprensa, etc.), recursos a outros *media*, a *web*, e ainda outros não mencionados anteriormente. De um total de 62 fontes de informação identificadas como não humanas, foi superior a utilização de documentos (75,8% N=47), seguindo-se a *web* (14,5% N=9), e depois as duas tipologias menos utilizadas foram, como se pode verificar pelo gráfico 7 que apresentamos de seguida, outros *media* (1,6% N=1), tendo sido pouco expressivas as fontes que acabaram catalogadas como “outros” (8,1% N=5).

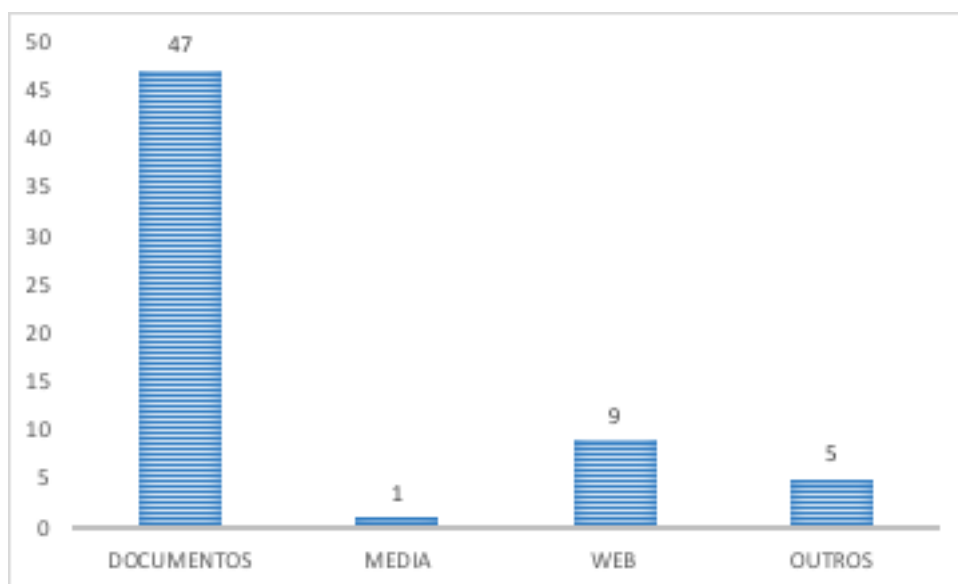


Gráfico 7: Distribuição por categorias das fontes não humanas
Fonte: Elaboração própria

Os resultados até aqui apresentados, e que analisam quer os géneros jornalísticos, quer as fontes de informação em dez edições do JB, entre 5 de março e 7 de maio de 2020, seguindo a metodologia apresentada anteriormente, permitem-nos retirar as evidências, que apresentamos de seguida nas considerações finais.

5. Considerações finais

Este estudo demonstra o recurso significativo a breves e a notícias como forma de comunicar os assuntos relativos às temáticas do novo coronavírus e da COVID19, em detrimento, por exemplo, da reportagem. Este último género jornalístico implica a deslocação do jornalista, a saída de campo, o contacto direto com a fonte de informação e a sua observação direta. Como já alertava Serrano (1999), não testemunhando em primeira mão a realidade, o jornalista fica dependente da fonte de informação e deposita confiança total nos testemunhos de quem vivenciou a situação.

No que diz respeito às fontes de informação, que é o cerne da nossa análise, o facto de a maioria dos artigos ter apenas uma fonte de informação denota a falta de contraditório de que fala Felisbela Lopes (2016), pois falamos de um “relato minimalista daquilo que acontece” (p. 184). Estes dados estão em linha com o estudo de Lopes, Ruão, Marinho e Araújo (2012, p. 168), segundo o qual “o número de fontes citadas em cada artigo de saúde”, nos jornais diários, “se resume em termos médios, a uma ou duas”. Por outro lado, a enorme discrepância em relação ao sexo predominante vai ao

encontro de trabalhos anteriores, como o estudo levado a cabo por Lobo & Cabecinhas (2018), no qual as autoras concluíram que os homens são as fontes predominantes nas narrativas dos jornais televisivos e as mulheres representavam apenas uma percentagem de 26,9%.

Os dados mostram de forma clara a importância da proximidade, patente na predominância das fontes locais. Recorde-se, tal como defende Gans (1979), que o acesso das fontes aos jornalistas é tanto mais direto, quanto maior for a sua proximidade social e geográfica. Este argumento encontra reflexo na realidade do Jornal da Bairrada, até porque a imprensa local será aquela que materializa melhor o chamado jornalismo de proximidade. 80% das fontes utilizadas pelo Jornal da Bairrada são locais, sendo privilegiadas aquelas que estão ligadas à localidade sede do jornal (Oliveira do Bairro) e aos municípios limítrofes (Anadia, Águeda e Vagos). À medida que aumenta a distância das localidades em relação à localização da sede do jornal diminui o número de fontes empregues.

Cruzando a nossa análise geográfica com os números de casos confirmados de COVID19, nos concelhos da área de abrangência do Jornal da Bairrada, durante o período em estudo, percebemos que Oliveira do Bairro é o terceiro concelho com menor número de casos confirmados, entre 26 de março e 7 de maio de 2020³. No que toca aos restantes municípios limítrofes, Mealhada e Vagos são os dois concelhos com menor número de infetados. Aliás, a 7 de maio de 2020, havia apenas dois concelhos com mais de uma centena de casos (Ílhavo com 111 e Aveiro com 300) e esses são, precisamente, os municípios com menor representatividade nas fontes utilizadas pelo Jornal da Bairrada.

O estudo revela, ainda, a primazia das fontes humanas e, sobretudo, de fontes profissionais, que Felisbela Lopes (2016) define como fontes que falam porque exercem determinada profissão que se constitui como o seu trabalho principal, sendo, por isso, remuneradas” (p. 186). Se considerarmos que a maioria das fontes são profissionais e coletivas, compreendemos na prática as afirmações de autores como Gans (1979), para quem a estrutura hierárquica fora da redação determina o recurso a fontes mais bem posicionadas. Os dados (apenas em 27% dos casos as fontes falaram ao jornal a título individual) vão por isso ao encontro da ideia dos “definidores primários”, sustentada por

³ Importa salientar que o primeiro relatório da Direcção-Geral de Saúde com a caracterização demográfica dos casos confirmados de doentes tem data de 24 de março de 2020 e que os dados iniciais correspondiam apenas a cerca de metade do total de infetados.

Hall et al. (1978), até porque estes autores defendem que os jornalistas recorrem, maioritariamente, a representantes de instituições sociais ou a especialistas, na medida em que procuram declarações de fontes “acreditadas”. Outra ideia que acaba corroborada com este estudo, pois juntando as fontes profissionais que falam em nome de um grupo, de um coletivo ou de uma classe profissional, com as fontes catalogadas como oficiais, e que representam instituições públicas, percebe-se que, juntas, estas categorias representam 65,5% de todas as fontes humanas entrevistadas pelo jornal. Ainda no que diz respeito às categorias de fontes, e considerando que estamos perante a temática da saúde, não podemos deixar de cruzar os nossos resultados com o estudo de Lopes et al. Ao analisar a informação sobre saúde na imprensa escrita entre 2008 e 2010, as autoras concluíram que, na senda da procura de fontes credíveis, fiáveis e seguras, nos jornais analisados “predominaram fontes oficiais e fontes institucionais especializadas”, ou seja, “fontes organizadas, com grande poder de influenciar a agenda mediática” (2012, p.169).

Por último, considerando a relevância que assumem os documentos no que diz respeito às fontes não humanas, é pertinente recordar as rotinas do *newsmaking* e o facto de as fontes documentais serem uma forma de os *news promoters* configurarem os seus canais de rotina (nomeadamente comunicados de imprensa), o que denota a influência das fontes na redação. Falamos, pois, de notícias cuja origem é a fonte e não o jornalista, pelo que podemos estar perante acontecimentos planeados para serem aproveitados pelos *news assemblers* e transformados em notícia.

Percebe-se que, de acordo com Gans (1979), existe um peso acentuado daqueles que detêm maior poder social e logo mais fácil acesso aos *media*. Esta evidência é clara quando nesta análise juntamos aos números apresentados quanto às fontes coletivas (65,5% das fontes humanas) os dados referentes também às fontes não humanas com recurso a documentos - comunicados e notas de imprensa (75,8%) que, na sua totalidade, tiveram origem em instituições públicas e fontes oficiais que, embora não contactando diretamente com o jornalista, souberam impor, por esta via, a sua mensagem. Criando aqui uma macro-categoria, que não vem expressa na proposta taxonómica de Felisbela Lopes (2016), referente a todas as fontes coletivas, quer sejam humanas, quer sejam não humanas, averigua-se que do total de fontes utilizadas pelo Jornal da Bairrada para a cobertura efetuada ao novo coronavírus e à COVID19

(N=259), 68% estavam enquadradas neste grande grupo que mencionámos anteriormente.

A pandemia criou muitas dificuldades aos meios de comunicação, sobretudo face ao cancelamento de quase todos os eventos e ao facto de a realidade passar a ser, maioritariamente, monotemática. Ainda assim, o Jornal da Bairrada nunca deixou de se publicar e percebemos que, apesar de a maioria dos artigos ter apenas uma fonte de informação, e de os géneros como a reportagem serem residuais, o “jornalismo sentido” propiciado pela chegada do novo coronavírus a Portugal não significou a ausência de fontes de informação nas notícias publicadas no semanário. Pelo contrário, em 74% dos casos existe pelo menos uma fonte de informação, o que denota a vontade de continuar a dar contexto aos acontecimentos e de dar voz aos atores da realidade mediática na imprensa local.

Referências

- Berkowitz, D. (2009) Reporters and their sources. In K. Wahl-Jorgensen & T. Hanitzsch (Eds.). *The Handbook of Journalism Studies*. Nova Iorque: Routledge.
- Boorstin, D. J. (2007). From news-gathering to newsmaking: a flood of pseudo-events. *İletişim kuram ve araştırma dergisi*, 24, 251-270.
- Carmelo, L. (2008). *Sebenta criativa para estudantes de jornalismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Eco, U. (2017). *Comos se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gans, H. (1979). Deciding what's news. A study of CBS Evening News. *NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Illinois: Northwestern University Press.
- Hall, S.; Critcher, C.; Jefferson, T.; Clarke, B. R. (1978). *Policing the Crisis. News: A Reader*. Londres: The Macmillan Press.
- Letria, J. (1999). *Pequeno Breviário Jornalístico*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Lobo, P.; Cabecinhas, R. (2018). Retratos de género nas notícias televisivas: uma análise das desigualdades por detrás da representação numérica. *Estudos em Comunicação*, 26 (1), 81-99.
- Lopes, F. (2016). Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação. *Observatorio Journal*, 10(4 (2016), 180-191.

- Lopes, F.; Ruão, T.; Marinho, S.; Araújo, R. (2012). A saúde em notícia entre 2008 e 2010: retratos do que a imprensa portuguesa mostrou. *Comunicação e Sociedade*, Número Especial, 129-170.
- Martin-Lagardette, J. L. (1998). *Manual de escrita jornalística*. Lisboa: Pergaminho.
- Martinez-Albertos, J. L. (1974). *Redaccion periodística: los estilos y los géneros em la prensa escrita*. Barcelona: A.T.E.
- Molotch, H.; Lester, M. (1993). As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In N. Traquina (Ed.). *Jornalismo, questões, teorias e estórias*, 34-51 Lisboa: Vega.
- Pardal, L.; Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, 14(1-2), 277-294.
- Quivy, R.; van Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, V. (2010). Fontes sofisticadas de informação – análise do produto jornalístico político da imprensa nacional diária de 1995 a 2005. *Media e Jornalismo*, 17(9), 231-246.
- Santos, R. (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.
- Schlesinger, P. (1990). Rethinking the sociology of journalism: source strategies and the limits of media-centrism. In M. Ferguson (Ed.) *Public Communication: The New Imperatives*, 61-83. Sage Publications: London.
- Serrano, E. (1999). *Jornalismo e Elites de Poder*. Repositório da BOCC – Biblioteca Online das Ciências da Comunicação.
- Sigal, L. (1986). Sources make the news. In R. K. Manoff & M. Schudson (Eds.), *Reading the News*, 9-37. Nova Iorque: Pantheon.
- Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Wolf, M. (2009). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Miguel Midões

Instituto Politécnico de Viseu / Centro de Estudos Comunicação e Sociedade
Professor Adjunto Convidado na Escola Superior de Educação de Viseu. Leciona ao curso de Comunicação Social. Jornalista na TSF Rádio Notícias. Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade de Coimbra. Título de Especialista em Jornalismo e Reportagem.
Instituto Politécnico de Viseu

Joana Martins

Professora Adjunta Convidada na Escola Superior de Educação de Viseu. Leciona ao curso de Comunicação Social. Doutorada em Ciências da Comunicação desde 2017, pela Universidade de Coimbra. Título de Especialista em Jornalismo e Reportagem.
Instituto Politécnico de Viseu

Artigo submetido em 05/06/2020 e aceite em 03/12/2020.